



A AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA PARA O RESGATE DO SABER POPULAR: LIMITES E DESAFIOS

ARMANDO TRICHES ENDERLE¹

VOLMIR ATILO FARINA²

JULIANO ANTUNES DE LIMA³

ODAIR JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo visa mostrar em primeiro lugar que o relativo empobrecimento dos camponeses não é impeditivo para o surgimento e a realização de experiências práticas que impactem positivamente na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Em segundo lugar, demonstrar que através da agroecologia é possível aliar teoria e prática, permitindo recuperar o saber-fazer de práticas populares, muito comuns no cotidiano dos camponeses, enfatizando que o desenvolvimento rural sustentável pode se constituir num espaço de vida e de trabalho, entendendo que a adoção de práticas agroecológicas permite (re)pensar e (re)orientar o campo na perspectiva da garantia de sucessão familiar, evitando o esvaziamento do campo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Agroecologia. Soberania Alimentar.

¹ Professor aposentado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense – IFSUL. Mestre em Sociologia - enderle.consultor@gmail.com

² Engenheiro Agrícola. Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul – farinaengenheiro@gmail.com

³ Contador. Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul – antunesdelima03@gmail.com

⁴ Economista. Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul – odairj.f.oliveira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro tem sido tomado nas últimas décadas por um intenso movimento de mudança. O processo de modernização conservadora e a globalização da economia fortaleceram e potencializaram ainda mais o avanço do capitalismo no meio rural, concentrando cada vez mais as cadeias produtivas sob a hegemonia dos complexos agroindustriais, objetivando principalmente a produção de commodities para exportação. Hoje, um pequeno número de multinacionais da indústria agroalimentar decide o que, como e onde se produz e qual será o preço a ser pago por aquilo que comemos. Muitas empresas privilegiam seus interesses empresariais em detrimento e acima das necessidades alimentares das pessoas, ignorando o conhecimento camponês.

A transição agroecológica tem se transformado numa alternativa viável para os camponeses. A quantidade de experiências desenvolvidas pelos mesmos, embora com pouco aporte de recursos oriundos de políticas públicas, tem demonstrado que os resultados são interessantes, que o sistema tem condições de ser competitivo, com baixos custos ambientais e econômicos. Através da agroecologia é possível aliar teoria e prática, permitindo recuperar o saber-fazer de práticas populares, muito comuns no cotidiano dos camponeses, enfatizando que o desenvolvimento rural sustentável pode se constituir num espaço de vida e de trabalho, entendendo que a adoção de práticas agroecológicas permite (re)pensar e (re)orientar o campo na perspectiva da soberania alimentar e a garantia de sucessão familiar, evitando o esvaziamento do campo.

A agroecologia, além de responder às necessidades de produção de alimentos e geração de renda para as famílias camponesas, representa também um espaço privilegiado de resgate e incorporação de saberes de diferentes povos tradicionais de todas as regiões do planeta, aproveitando os conhecimentos acumulados ao longo da história. Em outras palavras, podemos dizer que a agroecologia se propõe a aproximar o conhecimento gerado nas instituições de pesquisas (conhecimento teórico) aos saberes dos agricultores (conhecimento prático), favorecendo a partir deste encontro de saberes a geração de conhecimento em favor de toda a sociedade.

Na virada do século XX para o século XXI tem início um interessante movimento em defesa da agroecologia, tendo sua primeira manifestação e expressão no I Congresso Brasileiro de Agroecologia – o que, em consequência, dará origem à Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, congregando desde cientistas engajados, estudantes, técnicos e agricultores ecologistas. Por outro lado, Movimentos Sociais do Campo articulados na Via

Campeasina apofam em escolas e cursos técnicos de agroecologia. Por sua vez, o Estado do Paraná se articula numa ampla coalizão de Organizações nas Jornadas de Agroecologia. Paralelo e em consequência dessa mobilização, realizam-se os primeiros Encontros Nacionais de Agroecologia – ENA e se organizam na Articulação Nacional de Agroecologia – ANA.

Na Carta da 14ª Jornada de Agroecologia, realizada de 22 a 25 de julho de 2015, na cidade de Irati, Paraná, Brasil, estas forças sociais citadas no parágrafo anterior expressam sua indignação e se levantam para se contrapor ao que identificam como sendo

a monocultura das ciências agrárias subordinadas ao agronegócio, ao latifúndio do conhecimento e da terra e à paralisação da reforma agrária, a dominação das corporações que concentram a exploração em poucas grandes empresas, não enriquecem as regiões, controlam a oferta da produção agrícola e manipulam seus preços nas bolsas de valores, impõem os agrotóxicos, os transgênicos, e o patenteamento das sementes, destroem a biodiversidade, a saúde humana e contaminam os alimentos, alteram a natureza e geram desequilíbrio ecológico. Vendem falsas soluções, como a agricultura climaticamente inteligente e o capitalismo verde, determinam as decisões dos governos, e atentam contra a democracia – isto é um tipo de ditadura (14ª JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2015).

Analisar processos ligados ao desenvolvimento rural implica necessariamente relacionar às concepções e a intervenções políticas, que não são neutras. Toda a mudança estrutural sofrida pela agricultura e o ambiente rural no século passado teve forte interferência política. Foi pensada, estimulada, financiada e institucionalizada por diversos órgãos do estado, seja do crédito oficial, da pesquisa ou da extensão rural. Pois, desenvolvimento rural se faz fazendo opções. Desde a estrutura fundiária até as políticas públicas de incentivo à produção e ocupação do espaço agrário, tudo está relacionado à política.

O objetivo deste artigo visa mostrar em primeiro lugar que o relativo empobrecimento dos camponeses não é impeditivo para o surgimento e a realização de experiências práticas que impactem positivamente na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Em segundo lugar, demonstrar que através da agroecologia é possível aliar teoria e prática, permitindo recuperar o saber-fazer de práticas populares, muito comuns no cotidiano dos camponeses, enfatizando que o desenvolvimento rural sustentável pode se constituir num espaço de vida e de trabalho, entendendo que a adoção de práticas agroecológicas permite (re)pensar e (re)orientar o campo na perspectiva da garantia de sucessão familiar, evitando o esvaziamento do campo.

Nesse sentido, entendemos que algumas questões podem ajudar na reflexão. Como garantir a transição do modelo de agricultura convencional alicerçada no complexo agroquímico (veneno, adubo químico, fertilizantes, defensivos...) para um modelo de desenvolvimento sustentável, tendo a agroecologia como carro chefe desse processo? Em que

medida é possível inserir, na agenda dos investimentos dos órgãos públicos a noção de desenvolvimento rural local e global, conectada à ideia de sustentabilidade ambiental, considerando o padrão tecnológico atual? Qual o espaço da agricultura de base ecológica na nossa sociedade caracterizada sobretudo por uma modernização conservadora que tem na tecnologia e nas redes sociais e econômicas seu eixo condutor, movido por valores monetários, lineares e contraditórios?

Estas e outras questões podem nos dar um norte para a reflexão que estamos propondo neste artigo, considerando que desenvolvimento rural sustentável, agroecologia e soberania alimentar não são entes excludentes, pelo contrário, são dimensões do mesmo processo e que retratam a mesma realidade.

AS CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO E A CRISE ALIMENTAR

Fazendo coro às instituições que se contrapõe à monocultura das Ciências Agrárias subordinadas ao agronegócio, a pesquisadora Ester Vivas⁵, relata no artigo *Ocupando o Sistema Agrícola e Alimentar* que

Foram ocupadas casas, bancos, alojamentos, salas de aula, hospitais e até supermercados. Foram desobedecidas leis e práticas injustas. Temos reivindicado mais democracia nas ruas, nas instituições, nos bancos. Uma maré indignada questionou e pôs em xeque o atual sistema econômico, financeiro, político. Mas é necessário levar essa indignação mais além. E uma das questões pendentes, entre muitas outras, é ocupar algo tão básico como o sistema agrícola e alimentar. Todo mundo come. A alimentação é essencial para a sobrevivência, mas, embora possa parecer o contrário, não temos o direito de decisão sobre o que consumimos. Hoje, um punhado de multinacionais da indústria agroalimentar decide o que, como e onde se produz e qual será o preço a ser pago por aquilo que comemos. Empresas que colocam os seus interesses empresariais acima das necessidades alimentares das pessoas e que fazem negócios com algo tão imprescindível como a comida (VIVAS, 2013).

E acrescenta:

Em um mundo onde são produzidos mais alimentos do que em qualquer outro período histórico, 870 milhões de pessoas passam fome. Se você não tem dinheiro para pagar o preço, que se torna mais caro a cada dia, dos alimentos nem do acesso a recursos naturais como terra, água, sementes... você não come. Mesmo assim, nos últimos cem anos, de acordo com a FAO, 75% da diversidade agrícola desapareceu. Se produz em função dos interesses do mercado, apostando em variedades resistentes ao transporte de longas distâncias, que tenham uma aparência ótima..., deixando de lado outros critérios não comerciais (VIVAS, 2013).

⁵Militante de esquerda anticapitalista e membro da Rede Consumo Solidário e da Campanha “não te comas el mundo” e Miembro de Revolta Global-Esquerria Anticapitalista y del Centro de Estudios sobre Movimientos Sociales (CEMS) de la UPF.

Vivas ainda aponta o empobrecimento do campesinato como consequência do atual sistema agroindustrial. Conforme a pesquisadora, o que está acontecendo é uma aposta

Em um modelo agrícola que ignora o conhecimento camponês, subsidia o agronegócio e onde a agricultura familiar e de pequena escala não tem lugar. Um sistema em que o alimento viaja uma média de cinco mil quilômetros antes de chegar aos nossos pratos. É priorizada, por um lado, a produção nos países do Sul, explorando a mão-de-obra e se aproveitando de legislações ambientais muito frouxas, para depois vender o produto aqui. E, por outro lado, as multinacionais subsidiadas com dinheiro público produzem na Europa e nos EUA muito acima da demanda local e vendem seus excedentes abaixo do seu preço de custo no outro lado do planeta, provocando concorrência desleal para os produtores do Sul. Os agricultores do mundo são os que mais saem perdendo com esse modelo de agricultura globalizada a serviço dos interesses do capital. Conclusão: atualmente, temos um modelo agrícola irracional, que gera fome, pobreza, desigualdade, impactos ambientais. E que só se justifica porque dá grandes lucros para as multinacionais que monopolizam o setor. E a autora continua: Não há democracia no sistema agroalimentar. E por isso é necessário reivindicar essa "democracia real" também no atual modelo de produção, distribuição e consumo de alimentos. (...) A partir da ocupação de praças se passou à ocupação de terras para cultivar hortas urbanas, foram criadas redes de intercâmbio, foram organizados grupos de consumo agroecológico. Devemos generalizar essas práticas. E exigimos soberania alimentar. Voltar a decidir sobre o que comemos, que os camponeses tenham acesso aos recursos naturais, que não se faça especulação com alimentos, que se promova uma agricultura local, familiar e de qualidade. Ocupemos o sistema agrícola e alimentar. Só assim podemos garantir que a alimentação seja um direito de todos e não um privilégio para poucos (VIVAS, 2013).

Diante deste cenário traçado pela pesquisadora ganha importância a necessidade tanto da população quanto dos gestores públicos perceberem a gravidade que se constitui a concentração do comércio de alimentos na mão de algumas poucas empresas multinacionais, do patenteamento da vida, do domínio da genética por empresas ligadas aos países tidos como desenvolvidos. Pois, no caminho inverso, a Agroecologia tem na defesa das sementes crioulas e da genética da biodiversidade um dos fundamentos mais importantes por representar a autonomia dos agricultores e dos povos e a soberania das nações. O que está em disputa é, em grande medida, o monopólio do poder econômico, político e cultural, mas não só, também está em jogo o nosso futuro, o que seremos enquanto sociedade.

O processo de modernização conservadora e a globalização da economia fortaleceu e potencializou ainda mais o avanço do capitalismo no meio rural, concentrando cada vez mais as cadeias produtivas sob a hegemonia dos complexos agroindustriais, objetivando principalmente a produção de commodities para exportação. Mesmo que o processo de modernização (Revolução Verde) não tenha determinado a extinção do modo de produção camponês, o que existem no entender de Ploeg (2006, p.17) são "interfaces complexas, as vezes confusas, entre as diferentes formas de agricultura", ou seja, interfaces sem linhas demarcatórias entre a agricultura capitalista, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa. Ao explicar sobre a existência de algumas características específicas das unidades

camponesas, Ploeg afirma que “o contínuo valor agregado por uma unidade produtiva é associado, no modo de produção camponês a um simultâneo crescimento em dois níveis interconectados: o da comunidade camponesa e o dos atores individuais engajados no processo de produção” (2006, p. 26).

Se de um lado, as diferentes formas de agricultura determinam cada vez mais produções recordes, por outro, acarretam sérios problemas sociais e ambientais. Dentre os problemas sociais percebe-se o esvaziamento e o empobrecimento populacional do meio rural, além de perda dos valores culturais e costumes populares das comunidades rurais, reduzindo a segurança alimentar dos agricultores e dos consumidores urbanos. Nos problemas ambientais, observa-se um crescente nível de degradação ambiental, esgotamento dos solos, poluição das águas, intoxicação e contaminação dos produtos e dos camponeses pelo uso intensivo de agrotóxicos, uso de adubos químicos de alta solubilidade, uso indiscriminado da água, e aumento no uso de variedades transgênicas, que resultam na redução da biodiversidade. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 74% dos estabelecimentos utilizam algum tipo de agrotóxico, e na grande maioria sem orientação técnica sobre a aplicação correta e uso de equipamentos de proteção individual.

Os agricultores que permanecem na atividade agropecuária encontram-se cada vez mais dependentes e integrados à indústria, seja na aquisição de maquinários e insumos, seja na comercialização de seus produtos. Nessas transações normalmente os agricultores encontram-se em desvantagem, pois relacionam-se com segmentos altamente capitalizados, que exercem forte poder de barganha no mercado, exigindo dos agricultores aumentos de produtividade e redução na renda familiar. A relação capital/ trabalho no meio rural está se aproximando cada vez mais, para sistemas de integração verticalizados. Na produção animal por exemplo, as indústrias fornecem os animais, a alimentação e os medicamentos, os produtores então entram com a mão-de-obra, a terra e as instalações. Neste sistema, a família não é dona da produção e sim uma prestadora de serviços⁶ sem qualquer chance de influir nos valores que lhe são devidos pela força de trabalho empregada. Para Lenin, “O camponês está inteiramente subordinado ao mercado (...). O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo” (1985, p. 112-113).

⁶No entender de Ester Vivas “A soberania alimentar é o direito dos povos de controlar suas políticas agrícolas e alimentares; o direito de decidir o que cultivar, o que comer e como comercializar; de produzir localmente respeitando o território; de ter em nossas mãos o controle dos recursos naturais: a água, as sementes, a terra...”.

Em relação à crise alimentar, Altieri (2015) entende que a Agroecologia pode ser sim uma resposta à crise alimentar, na medida em que esta, associada à crise energética, a ecológica e a social, é uma crise do capitalismo, de um modelo industrial de agricultura que se baseou em premissas que hoje já não são mais válidas (tradução livre). Altieri explica:

cuando se crea la revolución verde en los años 1950-60, se crea un modelo de agricultura maltusiano, que percibe el problema del hambre como un problema de mucha población y poca producción de alimentos; y que había que cerrar la brecha trayendo tecnologías del Norte al Sur, como las variedades mejoradas, los fertilizantes, los pesticidas, etc. Ellos asumían que el clima iba a ser estable, que el petróleo iba a estar abundante y barato, que el agua iba a estar siempre abundante y que las limitantes naturales de la agricultura, como las plagas, se podían controlar fácilmente. Y así nos encontramos hoy en día con una agricultura que ocupa aproximadamente 1.400 millones de hectáreas en monocultivos altamente dependiente de productos externos, en los cuales los costos de producción varían de acuerdo a como sube el petróleo; donde tenemos más de 500 tipos de plagas resistentes a más de mil pesticidas". Uno de los resultados es que actualmente en el mundo hay aproximadamente mil millones de personas hambrientas y por otro lado mil millones de personas obesas, que son víctimas directas del modelo industrial de agricultura". Mais adiante do diálogo Altieri, acrescenta: "Existe un interés creciente, no solo en el mundo rural sino también en la población urbana, por la agricultura ecológica, debido a su potencial para asegurar una alimentación sana y con menor impacto ambiental. No obstante, hasta ahora se lo ve más bien como una opción marginal del sistema alimentario, mientras se sigue imponiendo la visión de que sólo con la agricultura a gran escala se podría responder a las necesidades alimenticias del mundo. Pero, ¿qué hay de cierto en todo eso? (BURCH, 2013).⁷

Por isso, torna-se essencial valorizar, resgatar e manter a biodiversidade local e regional visando abastecer prioritariamente os mercados locais e regionais dentro de uma perspectiva de proteção do capital social e ecológico. Sendo assim, são fundamentais ações de conservação e recuperação ambiental para garantir a riqueza de espécies e ecossistemas existentes, e a própria sustentabilidade da agricultura familiar no Estado, incentivando um modelo de produção agrícola de base ecológica, com abrangência para além dos aspectos produtivos.

O Sul do Brasil é uma região de base agrícola, sendo assim, os impactos decorrentes dessa atividade passam a ser expressivos no meio ambiente. A região é constituída pelos biomas Mata Atlântica e Pampa, formados por diferentes ecossistemas e, portanto, com uma biodiversidade abundante, cujas distintas características ambientais possibilitam a utilização diversificada desses espaços. Por sua vez, o manejo inadequado do solo e da água, aliado a fatores climáticos e geológicos vem causando graves impactos ambientais com repercussão socioeconômica e cultural, tanto nas zonas rurais como em urbanas.

Diante disto, verifica-se a necessidade de promoção das políticas de apoio à agricultura familiar e camponesa, incluindo ali também as categorias dos quilombolas, dos pescadores e dos indígenas, motivando-os a permanência no meio rural, com geração de renda suficiente

⁷Diálogo con Miguel Altieri y Marc Dufumier. sgeral.mst.org.br. 02/08/2015.

para garantir qualidade de vida, o que implica garantir e apoiar todas as iniciativas que visem a diversificação da produção dentro de uma visão de desenvolvimento territorial sustentável, ou seja, investir em formas de agricultura que incorporem práticas e métodos sustentáveis para produzir.

Retomando o diálogo com Altieri e Dufumier, parece-nos pertinente reproduzir o questionamento que o próprio Altieri sugere. Frente a este modelo, questiona: “em que medida a Agroecologia pode oferecer soluções viáveis; e se trataria de soluções parciais ou marginais, ou se tem a capacidade de solucionar o problema da fome (tradução livre). O mesmo Miguel Altieri esclarece:

No me gusta caer en el argumento de si la agroecología podría alimentar el mundo porque, como dije, no es un problema de producción. Con la agroecología podemos producir alimentos suficientes para alimentar al mundo, pero si las inequidades, las fuerzas estructurales que explican el hambre no se solucionan, entonces el hambre continuaría, porque, manteniendo el mismo esquema prácticamente no importaría que sigamos produciendo con agroecología (BURCH, 2013).

DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROECOLOGIA: O DEVIR DE UM PROJETO POLÍTICO?

Sendo assim, ganha importância o desafio de compreender em que medida o modelo de desenvolvimento rural sustentável e agroecológico defendido pelos camponeses e agricultores familiares por meio dos movimentos sociais e instituições parceiras da sociedade civil poderia contribuir para viabilizar a adoção de práticas agroecológicas, rompendo com as estruturas que mantém nossa sociedade tão desigual. Para Schneider e Escher, (maio/agosto 2011, p. 208) o desenvolvimento rural – nos (e para além dos) limites da economia de mercado capitalista – é o devir de um projeto político, a ser instituído através da ação deliberada dos atores sociais e das organizações envolvidas, bem como de toda a sociedade. Mais adiante os autores do ensaio afirmam que o desenvolvimento rural precisa ser construído através da ação coletiva, expressa por meio da política.

A partir do processo de modernização ocorrido nos anos 1970 e das transformações provocadas pelo processo de democratização da sociedade brasileira, novos movimentos surgiram no campo, tornando mais complexo e dinâmico o mundo rural. Nesse sentido é preciso não confundir desenvolvimento rural com modernização agrícola e entender que os conceitos de rural e de desenvolvimento rural são conceitos em disputa na luta política por projetos e concepções alternativos sobre o mundo rural (DELGADO, 2010). Abromovay (1992, p.126),

ao analisar a construção teórica de Chayanov, constata que na visão deste, o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento. E acrescenta: “diferentemente do trabalhador assalariado, o camponês é um sujeito criando sua própria existência” (CHAYANOV, 1986, Apud ABROMOVAY, 1992, p. 59. “Num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares” (CHAYANOV, 1986, Apud ABROMOVAY, 1992, p.62). Nesse sentido, a relação entre produção de alimentos e soberania alimentar, por tratar-se de uma relação tênue, frágil, que na prática não se sustenta apenas com discursos desconectados da vida real, torna difícil justificar a presença da fome num país com grande potencial agrícola e agrário como o Brasil, a não ser pelo processo histórico que se nutre pela secular concentração fundiária e desigualdade social.

Na obra, “Tecnologia e Agricultura Familiar. Diferenciação Camponesa e Mudança Tecnológica: um Estudo de Caso”, GRAZIANO DA SILVA (1999), utilizou os conceitos de “diferenciação camponesa” e de “decomposição camponesa”, argumentando que o primeiro conceito refere-se ao processo de transformação das unidades de produção em sentido ascendente ou descendente, tornando-as “mais ricas” ou “mais pobres”; já o segundo conceito refere-se a possibilidade de decomposição da unidade de produção se tornar uma unidade de produção capitalista (capitalização) no sentido ascendente ou, ao contrário, perder a condição de unidade produtora autônoma (proletarização). As iniciativas agroecológicas percorrem a linha demarcatória entre a emancipação no sentido ascendente ou a proletarização, no sentido da incapacidade de fazer frente às demandas da sociedade capitalista atual.

Entretanto, os camponeses tem buscado ao longo dos anos construir estratégias de desenvolvimento econômico-sócio-cultural numa forma e tentativa de resistir às imposições e “facilidades” propagadas pelo modelo capitalista de produção. Muitos que haviam migrado para as regiões metropolitanas ao longo dos anos 1980-90 do século passado, iniciaram o caminho de volta ao campo, resgatando e valorizando o papel da agricultura familiar e camponesa local, evitando se tornar meros fornecedores para as indústrias leiteira e fumageira, entre outras. Mesmo diante da pouca qualificação profissional em termos de escolarização, observa-se tentativas exitosas de diversificação.

O desafio de passar do estágio de apenas produzir e entregar ao atravessador, para o estágio de produzir, transformar e comercializar sua produção, agregando valor ao seu produto

tornou-se uma alternativa para gerar renda e garantia de sobrevivência da pequena produção camponesa. É imprescindível reconhecer e valorizar o grande conhecimento acumulado por nossos camponeses. Preservar e multiplicar as sementes, cuidar da saúde com as plantas, intensificar atividades comunitárias, praticar e difundir a agroecologia, resgatar e valorizar elementos da cultura camponesa. Vivas (2008), ao se referir a questão do comércio justo e soberania alimentar argumenta que na atualidade,

A produção agrícola responde ao afã do lucro capitalista das empresas multinacionais e das elites políticas que as amparam; o que comemos vem determinado por interesses econômicos que não levam em conta nossas necessidades alimentícias nem os limites de produção do planeta; os recursos naturais estão privatizados. Os alimentos se converteram em uma mercadoria em que seu valor original, o de nos alimentar, ficou em segundo plano (VIVAS, 2008).

Um elemento interessante e que identifica bem a questão da exploração do camponês pelo capital, segundo Bartra (2015, p. 16) pode ser resumido da seguinte forma: “o camponês vende seus produtos para poder comprar e esse é o único fim que o condiciona ao mercado; já o capital vende para obter lucro e somente sob esta condição aceita o intercâmbio”. Nesse sentido, “o camponês é aquele produtor que, como regra geral, cede sua mercadoria por um preço de mercado inferior ao seu valor e ao seu preço de produção porque, diferentemente do capital, não pode deixar de vender pelo simples fato de não obter lucros” (BARTRA, 2015, p. 16). Em síntese, o autor diz que “o intercâmbio desigual existente entre a produção camponesa e o capital manifesta-se na medida em que o camponês como comprador e como vendedor realiza intercâmbios em condições que nenhuma empresa capitalista realizaria” (BARTRA, 2015, p. 16).

A essência da exploração do camponês pelo capital concentra-se na afirmação de que a exploração se concretiza no mercado, onde o camponês transfere seu excedente por meio de um intercâmbio desigual. Dito de outra forma: o camponês não pode transformar seus meios de produção em dinheiro e tampouco transferir seu trabalho a outras atividades mais rentáveis à custa de desfazer sua célula econômica e se proletarizar.

Portanto, se torna necessário compreendermos melhor sobre essa complexa relação entre a agroecologia, o modelo de desenvolvimento rural sustentável e soberania alimentar, considerando as experiências concretas, como a luta pelo acesso à terra, o correto manejo e conservação dos recursos naturais, as inovações tecnológicas já acessíveis a muitos camponeses, a mudança de mentalidade, fortalecendo a perspectiva político-organizativa em prol do reconhecimento por parte dos gestores públicos e responsáveis pela implementação das políticas públicas. Essa ideia é corroborada por Buainain (2006), quando diz que segundo a “a experiência, a capacidade de obter informações e a habilidade no uso de técnicas agrícolas e de métodos de gerenciamento mais sofisticados

podem contribuir para o sucesso do empreendimento. Um bom indicador desta capacidade é o nível de escolarização e de formação profissional” (FAO, 1994, p.92). É nesse sentido que entendemos a iniciativa como importante e válida ao nos desafiarmos em estabelecer uma metodologia para produção de mudas de espécies do gênero *Baccharis* para substituir o uso de compostos químicos artificiais no processo de produção de mudas, evitando a dependência dos agricultores pela compra de insumos, bem como incentivar o cultivo de mudas a fim de reduzir a prática do extrativismo.

A AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA PARA O RESGATE DO SABER POPULAR

Convém aqui avançar um pouco mais na reflexão sobre a importância da Agroecologia, entendendo-a como sendo um conceito em permanente construção. Nesse sentido, a sociedade civil organizada através dos movimentos sociais e instituições não governamentais (ONGs, Institutos de Pesquisa, universidades), tem manifestado e construído um conjunto de contribuições, interpretações, nem sempre consensuais e convergentes. Entretanto é possível afirmar que, na prática, sintetiza vários movimentos de agricultura alternativa do mundo inteiro que surgiram criticando a agricultura química/industrial ao longo do século XX, (ex.: agricultura orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, regenerativa) dependendo do local em que teve origem. A agroecologia é vista também com um espaço privilegiado de resgate e incorporação de saberes de diferentes povos tradicionais de todas as regiões do planeta, aproveitando dos conhecimentos acumulados ao longo da história. A agroecologia permite uma abordagem sob várias dimensões e vários olhares interrelacionados, compondo um todo heterogêneo. Uma ciência com raízes históricas e antropológicas, preservando um conjunto de práticas e de saberes dos povos tradicionais, como dinâmica produtiva prática assumida conscientemente pelos camponeses agroecologistas.

Alguns pesquisadores, entre os quais cabe destacar Miguel Altieri e Stephen Gliesman, ambos da Universidade de Berkeley, Califórnia – EUA, imergiram no debate da agroecologia com ênfase especialmente nos últimos trinta anos. Entretanto como prática produtiva nos diversos agroecossistemas do mundo todo, é tão antiga quanto à existência da agricultura. Agroecologia como Movimento Social⁸, conforme Paulo Petersen, da AS-PTA⁸,

⁸Prefácio do Marco Referencial em Agroecologia da Embrapa (2006).

É neste sentido que podemos falar de Agroecologia tanto como enfoque científico quanto movimento social. Como ciência ela vem sendo sistematizada desde a década de 80, dotando os então denominados movimentos de agricultura alternativa de maior consistência conceitual e metodologia. Como movimento social, tem permitido trazer para debate público a questão do poder da ciência sobre o desenvolvimento da sociedade, realçando o caráter eminentemente político que há por trás das opções entre diferentes modelos tecnológicos empregados na agricultura (EMBRAPA, 2006, p.15).

Em outras palavras, podemos dizer que a agroecologia se propõe a aproximar o conhecimento gerado nas instituições de pesquisas (conhecimento teórico) aos saberes dos agricultores (conhecimento prático), favorecendo a partir deste encontro de saberes a geração de conhecimento em favor de toda a sociedade, isto é, socializando o conhecimento e rompendo com o monopólio dos que se apresentam como os detentores exclusivos do conhecimento.

Ainda segundo o Marco Referencial em Agroecologia da Embrapa, “A Agroecologia é considerada uma disciplina científica que transcende os limites da própria ciência, ao pretender incorporar questões não tratadas pela ciência clássica (relações sociais de produção, equidade, segurança alimentar, produção para o auto-consumo, qualidade de vida, sustentabilidade” (EMBRAPA, 2006, p.41).

Para Altieri (1998), pesquisador e um dos principais formuladores dos conceitos relacionados a Agroecologia enquanto ciência, esta é uma “nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos, e socio-econômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais” (p. 23).

E, o mesmo Altieri (1998), conceitua Agroecologia como um sistema de “produção de alimentos saudáveis para a população, com base em sistemas diversificados que restaurem as condições ecológicas da produção (...) encarando os sistemas agrários como ecossistemas cultivados, cuja reprodução ecológica e social deve balizar os métodos de exploração econômica”.

Segundo André Yamamoto, a Agroecologia na concepção de Eduardo Sevilla Guzmán é

Como orientação teórica, cujo universo problemático vai além da produção de alimentos livres de contaminantes através de sistemas produtivos restritivos à utilização de agrotóxicos. O que se propõe é uma forma de entender a crise ecológica e social da modernidade e formular estratégias de transformação e de embate com o modelo industrial de produção, através da busca de outras formas de conhecimentos que considerem o conjunto das relações sociais em suas dimensões tanto econômicas quanto políticas e culturais – e, portanto para além de uma perspectiva subparadigmática – norteadoras de uma ação técnica e social efetiva (IAMAMOTO, 2005, p.59).

A Agroecologia afirma-se como uma visão ética em relação à vida e ao desenvolvimento. Neste último século a noção de desenvolvimento centrou-se basicamente no

crescimento econômico, mesmo que para tanto desconsiderasse várias outras dimensões, desprezando o que se chamou de externalidades, ou os custos ambientais do progresso. Essa nova abordagem traz valores éticos inerentes, que não somente consideram, mas inclui e assume como central a defesa da vida na sua plenitude. A vida entendida por saúde do ambiente produtivo, do solo, do ar, da preservação da vegetação nativa, das nascentes, sangas e rios. Por preservação e resgate consciente das sementes crioulas que são estratégicas e expressam a co-evolução entre povo e natureza. E, pela preocupação e a responsabilidade em defender a saúde e a integridade dos agricultores e suas famílias. Por querer proporcionar e ofertar as pessoas urbanas consumidoras alimentos sem nenhuma contaminação química e de elevado valor biológico, alimentos mais completos nutritiva e energeticamente.

Uma agricultura sustentável que tenha como referência Agroecologia, sua existência e seu futuro são produtos de opções políticas. Interfere e sofre interferência política. Agroecologia como enfoque amplo, concebe os sistemas agrícolas e a produção na sua relação sistêmica antes e depois da unidade produtiva. Vê a atividade humana nas suas consequências e desdobramentos no campo do consumo, da energia, da valorização do trabalho, da distribuição de renda, da saúde das pessoas, da segurança e soberania alimentar das nações.

Faz-se necessário compreender que a Agroecologia, bem como a tecnologia não são neutras e ambas devem estar subordinadas democraticamente à sociedade. Da mesma forma, o conhecimento deve ser democratizado e socializado, fazendo-se necessário um diálogo permanente entre o conhecimento científico e o saber popular. Novos conhecimentos e tecnologias são importantes para a humanidade enfrentar desafios que são colocados historicamente, mas eles têm que estar a serviço do desenvolvimento social, ambiental, econômico e cultural, sendo garantido o direito do acesso de todas as pessoas e países aos resultados e benefícios da ciência e da tecnologia. Ainda segundo Petersen, “Produzir, comercializar e consumir alimentos são atividades com profundo conteúdo ético e político que dizem respeito não apenas aos agricultores, mas a toda cidadã e a todo cidadão, sendo uma questão para toda a sociedade, com sérias implicações para as gerações futuras” (EMBRAPA, 2006, p.39-40).

A Agroecologia se fundamenta numa base de princípios o qual exclui o uso de produtos ou insumos químicos poluentes e que sejam antiecológicos. Fazem parte do entendimento técnico: o não uso de qualquer tipo de agrotóxico; o não uso de adubos sintéticos industriais; não uso de qualquer outro insumo químico que polua o ambiente e afete a saúde das pessoas e possa contaminar os alimentos produzidos. A eventual ocorrência de insetos e doenças é um problema de ordem ecológica e não de busca de produtos químicos para eliminá-los. Acredita-

se que as doenças e os insetos se multiplicam na agricultura principalmente a partir de uma ação humana que provoca desequilíbrios ambientais que favorecem o surgimento e aumento das populações de insetos e microorganismos causadores de danos aos cultivos. A estratégia agroecológica passa pela busca do equilíbrio biológico dos agroecossistemas via diversificação de cultivos, rotação de culturas, policultivos, consórcios de plantas, manutenção de reservas nativas, cortinas vegetais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as questões propostas no início do artigo, é possível afirmar que há um cenário de certa forma privilegiado no sentido de pensar positivamente na possibilidade da transição agroecologia ser uma alternativa para acelerar o processo de mudança não somente conjuntural, mas, especialmente estrutural, da sociedade. O poder público e a sociedade civil organizada, além dos movimentos sociais ligados ao campo têm um papel preponderante para que este processo avance e se concretize a médio prazo. O processo de transição agroecológico, aliado a um projeto de desenvolvimento rural sustentável que atenda prioritariamente os interesses dos camponeses, viabiliza-se por dois caminhos: pela via de parcerias compartilhadas, limitando-se ao quanto o camponês e sua família estiver engajado e participe do grupo, o que pode favorecer o acesso a um acompanhamento técnico de assessores, a organização de trabalhos coletivos e mesmo na comercialização da produção, ou pela via pública – pelo Estado e os agentes privados – que, apesar de fundamentais no processo - exige pensar uma transição mais demorada e complexa, diríamos mais burocrática, respeitando os limites legais. Neste caso, exige por exemplo, a construção e implementação de programas e políticas de incentivo à produção agroecológica através de crédito especial subsidiado e de aquisição prioritária desse tipo de alimentos⁹. Não menos importante para os camponeses e agricultores familiares é constituir uma aliança sólida com as pessoas do meio urbano em especial, que são consumidores mais exigentes e que procuram alimentos saudáveis, produzidos sem a utilização de agrotóxicos e adubos químicos.

Nesse sentido é urgente e necessário reforçar a defesa de um desenvolvimento pautado na diversidade e numa melhor convivência com o meio ambiente. Fortalecer junto ao conjunto

⁹Atualmente, cita-se como exemplo que está dando certo, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE).

da sociedade a ideia de que um modelo de desenvolvimento rural sustentável, como o pensado até aqui, deve necessariamente ser um modelo poupador dos recursos naturais, não poluidor do meio ambiente e, em última instância, um instrumento constituído e pensado em favor dos camponeses. Ao mesmo tempo, no âmbito da agricultura, ser um irradiador do clamor dos camponeses contra toda essa forma de destruição desencadeada pelo agronegócio. Os camponeses têm resistido contra as investidas do capital, cobrando mais apoio para agricultura camponesa e agroecológica, e em muitos lugares, construindo iniciativas geradoras de renda e, conseqüentemente, de qualidade de vida.

A agricultura familiar e camponesa é reconhecidamente quem produz os alimentos básicos que alimentam o país, tendo potencial e legitimidade para continuar sendo produtora de alimentos, embora ainda aquém da urgência e necessidade de adequar a sua produção à perspectiva agroecológica. Uma nova concepção de desenvolvimento rural pressupõe e reconhece por um lado a existência de uma população rural, numericamente importante e sociologicamente diversificada, que expressa uma forte demanda por um enraizamento em seus lugares de vida e de trabalho, por outro, a afirmação de que essa população foi historicamente excluída do processo de desenvolvimento, resultando na dimensão da pobreza rural e a fragilidade das condições das outras formas de agricultura (WANDERLEY, FAVARETO, 2013). (IICA, 2013).

A Agroecologia seguramente tem um papel fundamental no debate de opções tecnológicas com menor impacto socioambiental, de menor demanda energética, que expresse outros valores de sociedade. E é nesse sentido que devemos entender a enorme importância de uma agricultura ecologicamente sustentável para toda a sociedade e não somente para os camponeses e suas famílias. Nossas atitudes revelam valores e opções políticas, que têm conseqüências sociais, culturais e ambientais. A agroecologia visa responder às necessidades de produção de alimentos e geração de renda para as famílias camponesas.

Em síntese, cabe reafirmar que a agroecologia pode ser sim o (um dos) caminho(s) para a emancipação do campesinato e mesmo da agricultura familiar, garantindo a transição do modelo de agricultura convencional alicerçada no complexo agroquímico/agrotóxico/transgênico para o modelo de desenvolvimento sustentável, tendo a agroecologia como carro chefe desse processo. Enfim, reconhecer a importância e lutar pelo resgate de experiências e saberes populares que a modernização conservadora desprezou constitui-se no compromisso de qualquer cidadão ou cidadã, engajado(a) e lutando pela transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABROMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP: São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas, 1992.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2001.
- BARTRA, A. **Economia Política do Campesinato**. Coletânea de Textos da ENFF. nº 21. São Paulo, abril de 2015.
- BUAINAIN, Antonio Carlos. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate**. Série Desenvolvimento Rural sustentável. IICA, 2006).
- BURCH, Sally. Diálogo con Miguel Altieri y Marc Dufumier. **Crisis alimentaria y agroecología**. 2013. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/active/65917>. Acesso em: 02/08/2015.
- DELGADO, Nelson Giordano. **Brasil Rural em Debate**. Brasília, dez de 2010. CONDRAF 10 anos. (Coletânea de artigos).
- EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
- GRAZIANO da Silva, José. **Tecnologia e Agricultura Familiar. Diferenciação Camponesa e Mudança Tecnológica: um Estudo de Caso**. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS.1999
- LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col: os Economistas), Tradução: José Paulo Neto.
- IAMAMOTO, A. T. V. **Agroecologia e desenvolvimento rural**. Universidade de São Paulo – Escola Superior de agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, SP: Dissertação (mestrado), 2005.
- BRASIL. 2006. **Censo Agropecuário**. Resultados preliminares. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/>. Acesso em: 05 de agosto de 2015.
- MST. Secretaria Geral do Movimento de Trabalhadores Sem Terra. **Crisis Alimentaria y Agroecologia**. Diálogo com Miguel Altieri y Marc Dufumier. Disponível em: sgeral.mst.org.br Acesso em: 02/08/2015.
- PETERSEN, Paulo. AS-PTA. **Prefácio do Marco Referencial em Agroecologia da Embrapa**. 2006.
- SCHNEIDER. Sérgio E ESCHER Fabiano. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, maio/agosto

2011, p. 208).

VAN DER PLOEG, Jean Douwe. O Modo do Produção Revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

VIVAS. Ester. **Ocupando o Sistema Agrícola e Alimentar**. www.adital.com.br/site/noticia. 22/04/13 Adital - [*Traduzido pelo Canal Ibase. + info: <http://esthervivas.com/portugues/>].

VIVAS. Esther. **Comércio justo e soberania alimentar**. Adital, 03/09/2008. Disponível em www.adital.org.br

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel e FAVARETO, Arilson. **A Singularidade do rural brasileiro**: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de Políticas Públicas. In: *Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília, IICA, 2013. Série desenvolvimento Rural Sustentável. Vol. 21.

14ª Jornada de Agroecologia. **Carta da 14ª Jornada de Agroecologia**. Irati, PR, 2015. Disponível em: <http://www.jornadaagroecologia.com.br/?p=3135>. Acesso em 04 de agosto de 2015.